



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

1 - O Despacho 1-H/2016 prevê no seu artigo 9º a seguinte disposição: “Na educação pré - escolar, as vagas existentes em cada estabelecimento de educação, para matrícula ou renovação de matrícula, são preenchidas de acordo com as seguintes prioridades: 1.ª Crianças que completem os cinco e os quatros anos de idade até dia 31 de dezembro; (...)”.

2 - Desta forma, está o Ministério a universalizar o ensino público pré-escolar a crianças a partir dos 4 anos.

3 - No entanto, notícias recentemente publicadas em vários órgãos de comunicação social dão conta de que existem escolas, em vários concelhos do país - como é o caso de Almada, Amadora e Seixal -, que não estão a conseguir dar resposta à colocação de mais crianças no pré-escolar, situação que está a frustrar as legítimas expectativas dos encarregados de educação.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministério da Educação, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, resposta às seguintes perguntas:

1 – Confirma o Ministério da Educação que, em consequência do despacho 1-H/2016 n.º 23/2016 que prevê a universalização do ensino público a crianças a partir de 4 anos, terá

havido uma considerável procura por parte de pais e encarregados de educação para colocar os seus educandos na rede pública do pré-escolar?

2 – Confirma o Ministério as notícias segundo as quais se têm verificado sérias limitações na oferta dos agrupamentos face à procura por parte de pais e encarregados de educação, nomeadamente nos concelhos de Almada, Amadora e Seixal?

3 - Em caso afirmativo, quando e de que forma, pretende o Ministério da Educação resolver o problema de maneira a fazer cumprir as medidas anunciadas, e concretamente o Despacho 1-H/2016, quanto a este alargamento?

Palácio de São Bento, terça-feira, 30 de Agosto de 2016

Deputado(a)s

NUNO MAGALHÃES(CDS-PP)

ANA RITA BESSA(CDS-PP)